



**Araujo Equipamentos Ltda**

**CNPJ: 03.351.148/0001-69**

A ILUSTRÍSSIMA SENHORA PREGOEIRA DO MUNICÍPIO DE JOÃO MONLEVADE/MG

PROCESSO LICITATÓRIO Nº 33/2026

PREGÃO ELETRÔNICO Nº 09/2026

OBJETO: Contratação de empresa especializada para prestação de serviços de INSTALAÇÃO, MANUTENÇÃO E MONITORAMENTO DE EQUIPAMENTOS DE SEGURANÇA ELETRÔNICA, tais como CFTV, sensores de presença e centrais de alarme, em regime comodato, monitoramento eletrônico em prédios públicos, durante 24h por dia, incluindo equipe de plantão para atendimento 24h por dia em caso de sinistro.

**RECORRENTE:** ARAÚJO EQUIPAMENTOS LTDA – ME

**RECORRIDA:** PORTAL SEGURANÇA ELETRÔNICA LTDA.

ARAÚJO EQUIPAMENTOS LTDA - ME, pessoa jurídica de direito privado, inscrita no CNPJ sob o nº 03.351.148/0001-69, com sede na avenida Alberto Laender, nº 154 na cidade de Teófilo Otoni/MG, tel (33) 3522-9500, , vem, respeitosamente, apresentar suas RAZÕES RECURSAIS em face da decisão que habilitou, classificou e declarou vencedora a empresa PORTAL SEGURANÇA ELETRÔNICA LTDA., pelos fundamentos de fato e de direito a seguir expostos.

## **I. DA TEMPESTIVIDADE E LEGITIMIDADE**

Inicialmente, ressalta-se que o presente recurso é plenamente tempestivo, porquanto, consoante se infere no item 13.4 do edital, “13.4. A recorrente que tiver sua intenção de recurso aceita deverá registrar as razões do recurso, em campo próprio do sistema, no prazo de 03 (três) dias úteis, ficando as demais LICITANTES, desde logo, intimadas a apresentar contrarrazões, também via sistema, em igual prazo, que começará a correr do término do prazo da recorrente, sendo-lhes assegurada vista imediata dos elementos indispensáveis à defesa dos seus interesses. Tendo em vista que a sessão pública que declarou a empresa habilitada no certame realizou-se no dia 04/05/2026, oportunidade na qual a Recorrente manifestou expressamente a sua intenção de recorrer, tem-se, por limite, o dia 07/05/2026 para apresentação das razões recursais.

Desta forma, encontra-se, pois, tempestivo o presente recurso, devendo este ser recebido e acolhido para que se proceda à **DESCCLASSIFICAÇÃO** da proponente declarada habilitada, conforme as razões doravante

**Av. Alberto Laender, 154 – São Diogo Teófilo Otoni MG Fone: (33) 3522.9500**

E-mail: [licitacao@protejabr.com.br](mailto:licitacao@protejabr.com.br)



explicitadas.

## II. SÍNTESE OBJETIVA DO RECURSO

A decisão recorrida deve ser reformada por dois fundamentos centrais, ambos vinculados a exigências expressas do Edital e do Termo de Referência.

O primeiro fundamento é a ausência do espelho/inteiro teor das ARTs correspondentes aos atestados/CATs utilizados para comprovar a qualificação técnico-profissional. A recorrida apresentou atestados, CAT e registros no CREA, mas não apresentou as ARTs correspondentes exigidas no item 8.2 do Edital e no item 10.2 do Termo de Referência.

### 8.1. QUALIFICAÇÃO TÉCNICA (conforme item 10 do Termo de Referência)

8.1. Prova de Registro de Pessoa Jurídica, expedida pelo Conselho Regional de Engenharia e Agronomia (CREA) ou Conselho Regional dos Técnicos (CRT) da jurisdição da licitante, na qual conste objetivo social compatível com a execução do objeto do presente edital.

8.2. A CAPACIDADE TÉCNICO-PROFISSIONAL: será aferida mediante apresentação de Atestado(s) de Capacidade Técnica com as Anotações de Responsabilidade Técnica (ART) correspondentes, em nome do(s) responsável(is) técnico(s), acompanhado(s) da(s) respectiva(s) Certidão(ões) de Acervo Técnico – CAT, expedida(s) pelo respectivo Conselho, que comprove(m) ter o(s) profissional(is) executado serviços com características técnicas similares às do objeto da presente licitação.

### 10. DA QUALIFICAÇÃO TÉCNICA

10.1. Prova de Registro de Pessoa Jurídica, expedida pelo Conselho Regional de Engenharia e Agronomia (CREA) ou Conselho Regional dos Técnicos (CRT) da jurisdição da licitante, na qual conste objetivo social compatível com a execução do objeto do presente edital.

10.2. A CAPACIDADE TÉCNICO-PROFISSIONAL: será aferida mediante apresentação de Atestado(s) de Capacidade Técnica com as Anotações de Responsabilidade Técnica (ART) correspondentes, em nome do(s) responsável(is) técnico(s), acompanhado(s) da(s) respectiva(s) Certidão(ões) de Acervo Técnico – CAT, expedida(s) pelo respectivo Conselho, que comprove(m) ter o(s) profissional(is) executado serviços com características técnicas similares às do objeto da presente licitação.

O segundo fundamento é a aceitação da proposta sem demonstração objetiva de exequibilidade, especialmente quanto aos custos dos equipamentos, cabos e materiais novos exigidos em regime de comodato, além dos custos de instalação, manutenção, monitoramento 24h, equipe de plantão, pronta resposta, veículos, deslocamentos, tributos, encargos e demais despesas necessárias à execução integral do objeto.

### 10. DA ACEITABILIDADE DA PROPOSTA VENCEDORA

10.1. Encerrada a etapa de negociação, o(a) Pregoeiro(a) examinará a proposta classificada em primeiro lugar quanto à adequação ao objeto e à compatibilidade do preço em relação ao máximo estipulado para contratação neste Edital e em seus anexos, observado o disposto no Decreto Municipal n.º 05/2023.

10.2. O licitante qualificado como produtor rural pessoa física deverá incluir, na sua proposta, os percentuais das contribuições previstas no art. 176 da Instrução Normativa RFB n. 971, de 2009, em razão do disposto no art. 184, inciso V, sob pena de desclassificação.

Secretaria Municipal de Administração  
Rua Geraldo Miranda, 337, Nossa Senhora da Conceição – João Monlevade/MG, CEP: 35.930-027  
Telefone: (31) 3859-2500 – www.pmjm.mg.gov.br



10.3. Será desclassificada a proposta ou o lance vencedor, que apresentar preço final superior ao preço máximo fixado, ou que apresentar preço manifestamente inexequível.

10.4. Qualquer interessado poderá requerer que se realizem diligências para aferir a exequibilidade e a legalidade das propostas, devendo apresentar as provas ou os indícios que fundamentam a suspeita.

A controvérsia não é formal. Trata-se de aceitação de proposta e habilitação sem comprovação objetiva de requisitos essenciais, em violação aos princípios da vinculação ao edital, julgamento objetivo, isonomia, legalidade, segurança jurídica e motivação, previstos no art. 5º da Lei nº 14.133/2021.



**Araujo Equipamentos Ltda**

**CNPJ: 03.351.148/0001-69**

### **III. DA VINCULAÇÃO AO EDITAL E AO TERMO DE REFERÊNCIA**

O edital é a norma interna do certame e vincula a Administração e os licitantes. Após a disputa, não cabe relativizar exigência técnica essencial em benefício de licitante específica, sob pena de violação ao julgamento objetivo e à isonomia.

A Lei nº 14.133/2021, em seu art. 5º, impõe a observância dos princípios da legalidade, igualdade, vinculação ao edital, julgamento objetivo, segurança jurídica, motivação, competitividade e seleção da proposta apta a gerar resultado de contratação mais vantajoso para a Administração.

No caso concreto, se o Edital e o Termo de Referência exigiram atestados acompanhados das ARTs correspondentes e respectivas CATs, bem como proposta compatível com o fornecimento de equipamentos novos e prestação de serviços contínuos, tais requisitos devem ser analisados exatamente como foram impostos aos demais licitantes.

A jurisprudência do Superior Tribunal de Justiça reconhece que o edital faz lei entre as partes, devendo seus termos ser observados até o encerramento do certame. O Tribunal de Contas da União também orienta que o julgamento deve respeitar critérios objetivos previamente fixados, sem criação, supressão ou flexibilização posterior de exigências essenciais.

Na mesma linha, Marçal Justen Filho leciona que o formalismo moderado e a instrumentalidade das formas não autorizam a Administração a dispensar requisito essencial de habilitação ou aceitar documento incapaz de comprovar o conteúdo material exigido. A forma pode ser instrumental; a comprovação do requisito essencial, não.

### **IV. DA AUSÊNCIA DO ESPELHO/INTEIRO TEOR DAS ARTs CORRESPONDENTES**

#### **IV.1. Exigência cumulativa de atestado, ART correspondente e CAT**

O item 8.2 do Edital e o item 10.2 do Termo de Referência exigem, para comprovação da capacidade técnico-profissional, a apresentação de atestado(s) de capacidade técnica acompanhados das Anotações de Responsabilidade Técnica – ART correspondentes e das respectivas Certidões de Acervo Técnico – CAT.

A exigência é cumulativa. Não basta apresentar atestado. Não basta apresentar CAT. Não basta apresentar registro no CREA da pessoa jurídica ou do profissional. A cadeia documental exigida é composta por:

- atestado de capacidade técnica;
- ART correspondente ao serviço atestado;
- CAT vinculada à ART;
- responsável técnico indicado;
- comprovação de similaridade técnica com o objeto licitado.

Essa cadeia documental é indispensável para permitir a conferência da responsabilidade técnica, da vinculação entre o serviço executado e o profissional indicado, bem como da compatibilidade técnica com o objeto licitado.

#### **IV.2. A indicação do número da ART na CAT não substitui a apresentação da ART**

A CAT nº 3183121/2024 menciona números de ARTs, inclusive MG20243283955, MG20243283948, MG20243283942, MG20243283937, MG20243283930, MG20243283916, MG20243283897 e MG20243282484. Contudo, a mera indicação numérica no corpo da CAT não equivale à apresentação do espelho/inteiro teor da ART exigida pelo edital.

O espelho da ART permite verificar dados próprios e essenciais, como responsável técnico, contratante, atividade técnica, objeto, datas, valor, modalidade, situação da ART, eventual baixa, substituição,



# Araujo Equipamentos Ltda

CNPJ: 03.351.148/0001-69

complementação e correspondência efetiva com o atestado utilizado na habilitação.

A Resolução CONFEA nº 1.137/2023 disciplina a ART, o acervo técnico-profissional e o acervo operacional, evidenciando que ART, CAT e atestado são documentos relacionados, porém não idênticos. Se o edital exigiu a apresentação das ARTs correspondentes, a Administração não poderia considerar suprida a exigência apenas pela CAT que menciona seus números.

## **IV.3. Impossibilidade de saneamento por presunção após a habilitação**

O art. 64 da Lei nº 14.133/2021 admite diligência para complementar informações relativas a documentos já apresentados e fatos existentes à época da abertura do certame. Todavia, a diligência não autoriza a Administração a dispensar documento técnico expressamente exigido, nem a validar a ausência sem decisão motivada, publicidade e possibilidade de controle pelos demais licitantes.

O Acórdão TCU nº 1.211/2021-Plenário admite, em hipóteses específicas, a juntada posterior de documento que apenas comprove condição preexistente. Esse entendimento, contudo, não autoriza habilitação definitiva sem que o documento exigido seja apresentado, analisado e motivadamente aceito antes da decisão de habilitação.

A recorrida foi habilitada sem comprovar integralmente o item 8.2 do Edital e o item 10.2 do Termo de Referência. A ausência das ARTs impede a verificação objetiva da responsabilidade técnica, da correspondência entre ART/CAT/atestado e da similaridade do serviço executado.

## **IV.4. Relevância técnica da exigência**

O objeto envolve instalação, manutenção e monitoramento de sistemas de segurança eletrônica, CFTV, sensores de presença, centrais de alarme, comodato de equipamentos, monitoramento eletrônico 24h e atendimento em caso de sinistro. Trata-se de serviço técnico e sensível, diretamente relacionado à segurança de prédios públicos.

Por isso, a exigência da ART correspondente não é excesso formal, mas requisito necessário à comprovação da responsabilidade técnica e da compatibilidade do acervo apresentado com a contratação pretendida.

## **V. DA EXEQUIBILIDADE, DOS EQUIPAMENTOS NOVOS E DA QUEBRA DA ISONOMIA**

### **V.1. Ausência de planilha analítica de composição de custos**

Embora o Pregoeiro não tenha solicitado planilha de exequibilidade, essa circunstância não afasta o vício da aceitação da proposta. Ao contrário, reforça a irregularidade, pois a proposta foi aceita sem análise dos custos efetivos necessários à execução integral do objeto.

O edital prevê a fase de aceitabilidade da proposta e admite diligência quando houver indícios de inexecuibilidade ou necessidade de comprovação da viabilidade econômica. A Lei nº 14.133/2021, art. 59, determina a desclassificação de propostas inexequíveis ou que não tenham sua exequibilidade demonstrada quando exigido pela Administração, e seu § 2º autoriza diligências para aferição da exequibilidade.

O valor estimado da contratação, conforme expressamente previsto no Edital e no Termo de Referência, é de R\$ 1.013.294,52. O objeto envolve instalação, manutenção e monitoramento de equipamentos de segurança eletrônica, em regime de comodato, monitoramento 24 horas e equipe de plantão para atendimento em caso de sinistro.

A proposta vencedora, no valor de R\$ 500.000,00, corresponde a apenas 49,34% do orçamento estimado pela Administração, com desconto aproximado de 50,66%, ou seja, redução de R\$ 513.294,52 em relação ao valor referencial.

Esse dado não pode ser tratado como mera diferença competitiva ordinária. No caso concreto, havia indícios qualificado de inexecuibilidade, sobretudo porque o objeto não se limita ao monitoramento remoto.

**Av. Alberto Laender, 154 – São Diogo Teófilo Otoni MG Fone: (33) 3522.9500**

E-mail: [licitacao@protejabr.com.br](mailto:licitacao@protejabr.com.br)



O contrato exige instalação, manutenção preventiva e corretiva, monitoramento 24h, atendimento presencial de emergência, base de apoio no município, no mínimo três veículos motorizados por turno, profissionais habilitados, atendimento em finais de semana, feriados, pontos facultativos, encargos, tributos e demais custos operacionais.

Ainda assim, não foi exigida planilha analítica, memória de cálculo, cotação, nota fiscal, comprovação de estoque, composição de mão de obra, encargos, tributos, lucro, BDI ou amortização dos equipamentos. A Administração não poderia substituir a demonstração objetiva da exequibilidade por declaração unilateral da licitante.

## **V.2. Declaração genérica de equipamentos novos não comprova o custo exigido**

A recorrida declarou que sua composição de preços considerou “custos diretos: equipamentos novos, insumos, mão de obra” e afirmou possuir capacidade para fornecer equipamentos novos. Contudo, essa afirmação não comprova a exequibilidade da proposta.

O ponto controvertido não é se a recorrida declarou que fornecerá equipamentos novos, mas sim que não demonstrou documentalmente os custos necessários para cumprir essa obrigação. Para afastar a dúvida, deveria ter apresentado, no mínimo:

- relação dos equipamentos novos a serem fornecidos;
- marca, modelo e quantitativo;
- custo unitário e total;
- cotações, notas fiscais ou proposta de fornecedores;
- comprovação de estoque, quando alegado;
- memória de cálculo da amortização dos equipamentos em regime de comodato;
- custos de instalação, manutenção, substituição e operação.

Nada disso foi apresentado. A declaração, portanto, não comprova a origem, o custo, a aquisição, o estoque ou a amortização dos equipamentos novos exigidos no Termo de Referência.

## **V.3. Aproveitamento da estrutura existente e vantagem competitiva indevida**

O próprio relatório da recorrida sustenta sua vantagem econômica na estrutura já implantada, na execução atual do objeto, na equipe disponível e na redução de custos decorrente da inexistência de nova infraestrutura no município. Esse argumento reforça a necessidade de diligência, pois indica que o preço pode ter sido formado com base no aproveitamento da estrutura existente, e não no custo efetivo de fornecimento de equipamentos novos.

Há contradição relevante: de um lado, a recorrida declara genericamente que fornecerá equipamentos novos; de outro, justifica sua competitividade pelo aproveitamento da estrutura instalada e pela continuidade contratual. Se o Termo de Referência exige equipamentos, cabos e materiais novos, a licitante deveria comprovar como tais custos foram absorvidos no preço ofertado.

A aceitação da proposta sem essa comprovação gera vantagem competitiva indevida. As demais licitantes tiveram que formar seus preços considerando a execução integral do objeto, inclusive fornecimento de bens novos, instalação, manutenção, substituição, monitoramento e pronta resposta. A recorrida, entretanto, venceu sem demonstrar que seu preço contempla os mesmos custos.

O menor preço somente é juridicamente aceitável quando compatível com o cumprimento integral do edital. Preço sem lastro documental não representa vantagem à Administração; representa risco de execução inadequada, uso de equipamentos antigos, descumprimento das especificações ou futura tentativa de recomposição econômica.





**Araujo Equipamentos Ltda**

**CNPJ: 03.351.148/0001-69**

#### **V.4. Insuficiência do relatório apresentado**

O relatório de exequibilidade apresentado pela recorrida é declaratório e genérico. Menciona custos diretos e indiretos, mas não apresenta valores individualizados, memória de cálculo, planilha de composição, documentos fiscais, cotações, fornecedores, comprovação de estoque, detalhamento de mão de obra, encargos, veículos, deslocamentos, softwares, manutenção, substituição, lucro ou tributos.

A Súmula TCU nº 262 reconhece que a presunção de inexecutabilidade é relativa, mas exige oportunidade de demonstração da viabilidade. Os Acórdãos TCU nº 803/2024-Plenário, nº 465/2024-Plenário e nº 2088/2024-Segunda Câmara reafirmam a necessidade de análise concreta da exequibilidade quando houver indícios suficientes, não bastando presunções ou declarações genéricas.

A doutrina do Professor Marçal Justen Filho segue a mesma linha: a Administração não deve aceitar proposta apenas aparentemente vantajosa, desacompanhada de demonstração real de compatibilidade com os encargos contratuais. A proposta deve ser séria, idônea e apta a assegurar a execução integral do objeto, sob pena de transferir para a fase contratual o risco de inadimplemento, redução de qualidade, tentativa de reequilíbrio econômico-financeiro ou descumprimento das especificações.

Portanto, o valor de R\$ 500.000,00, por representar menos da metade do orçamento oficial e não estar acompanhado de comprovação analítica dos custos indispensáveis à execução contratual, configura forte indício de inexecutabilidade e impugna ao Pregoeiro, antes da aceitação da proposta, a exigência de planilha detalhada e documentos comprobatórios. A ausência dessa diligência compromete a validade do julgamento e justifica a desclassificação da proposta da recorrida

#### **VI. DOS PEDIDOS**

Diante do exposto, requer-se:

- a) o conhecimento e provimento do presente recurso;
- b) o reconhecimento de que a empresa PORTAL SEGURANÇA ELETRÔNICA LTDA não comprovou integralmente o item 8.2 do Edital e o item 10.2 do Termo de Referência, por não apresentar o espelho/inteiro teor das ARTs correspondentes aos atestados/CATs utilizados para habilitação;
- c) a inabilitação da recorrida, por ausência de documento técnico expressamente exigido para a qualificação técnico-profissional;
- d) o reconhecimento de que a proposta da recorrida foi aceita sem demonstração objetiva de exequibilidade, especialmente quanto aos custos de aquisição, substituição, amortização ou fornecimento de equipamentos, cabos e materiais novos exigidos no Termo de Referência;
- e) a desclassificação da proposta da recorrida, com fundamento no art. 59 da Lei nº 14.133/2021 e nas regras de aceitabilidade previstas no edital;
- f) a reforma da decisão que aceitou a proposta, habilitou e declarou vencedora a empresa PORTAL SEGURANÇA ELETRÔNICA LTDA.;
- g) após a desclassificação e/ou inabilitação da recorrida, a convocação da licitante subsequente, observada a ordem de classificação.

Termos em que,

Pede deferimento.



**Araujo Equipamentos Ltda**

**CNPJ: 03.351.148/0001-69**

Teófilo Otoni/MG, 06 de maio de 2026.

---

ARAÚJO EQUIPAMENTOS LTDA – ME

CNPJ 03.351.148/0001-69

Sibele de Figueiredo Araújo Saraiva e/ou

Giovani de Figueiredo Araújo

CPF: 846.001.956-04

CPF 599.486.556-72

RG: MG-5.550.720

RG: MG- 5.198.840

Função: Sócios Proprietários